



**i3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

AJUSTE DIRETO N.º 18/2023

Aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza para as Instalações do i3S

CADERNO DE ENCARGOS

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 1 DE 36

**INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO**

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



Índice

Cláusula 1ª - Objeto.....	4
Cláusula 2ª - Contrato	4
Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato.....	5
Cláusula 4ª - Local da Prestação dos Serviços.....	5
Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário.....	5
Cláusula 6ª - Equipa Afeta à Prestação dos Serviços.....	8
Cláusula 7ª - Forma de Prestação do Serviço	10
Cláusula 8ª - Obrigação de Conformidade dos Serviços e Garantia.....	11
Cláusula 9ª - Gestão Ambiental	11
Cláusula 10ª - Qualidade dos Serviços Prestados.....	11
Cláusula 11ª - Substituição do Adjudicatário.....	13
Cláusula 12ª - Seguros	13
Cláusula 13ª - Preço Base do Procedimento.....	14
Cláusula 14ª - Aspectos Submetidos à Concorrência	14
Cláusula 15ª - Aspectos Não Submetidos à Concorrência.....	14
Cláusula 16ª - Preço Contratual e Revisão de Preço.....	15
Cláusula 17ª - Condições de Pagamento do Preço.....	15
Cláusula 18ª - Penalidades Contratuais	16
Cláusula 20ª - Resolução do Contrato pelo Contraente Público	17
Cláusula 21ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário	17
Cláusula 22ª - Suspensão do Contrato	18
Cláusula 23ª - Modificações do Contrato	18
Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	18
Cláusula 25ª - Encargos, Custos e Despesas	18
Cláusula 26ª - Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial.....	18
Cláusula 27ª - Força Maior.....	19
Cláusula 28ª - Responsabilidades.....	20
Cláusula 29ª - Sigilo e Confidencialidade.....	20
Cláusula 30ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais	21
Cláusula 31ª - Políticas Horizontais	21
Cláusula 32ª - Interpretação e Validade.....	21
Cláusula 33ª - Deveres de Informação	22
Cláusula 34ª - Regime Contraordenacional.....	22
Cláusula 35ª - Legislação Aplicável.....	22



Cláusula 36ª - Foro Competente.....	22
Cláusula 37ª - Comunicações e Notificações	22
Cláusula 38ª - Gestor do Contrato.....	23
Cláusula 39ª - Partes Integrantes.....	24
Cláusula 40ª - Contagem dos Prazos	24
Anexo I - Cláusulas Gerais e Técnicas	25
Cláusula 41ª - Nota Introdutória	25
Cláusula 42ª - Objetivos.....	25
Cláusula 43ª - Âmbito dos Serviços a Prestar	25
Cláusula 44ª - Áreas, Serviços de Atuação, Níveis de Risco e Frequência de Limpeza	27
Cláusula 45ª - Organização das Equipas.....	28
Cláusula 46ª - Detergentes, Desinfetantes e Equipamentos de Limpeza a Utilizar	28
Cláusula 47ª - Responsável pela Execução do Serviço e Supervisor(a)	29
Cláusula 48ª - Outras Obrigações do Adjudicatário.....	31
Cláusula 49ª - Mapa de Serviços Gerais.....	32



Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a inserir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a *Aquisição de Serviços de Higiene e Limpeza para as Instalações do i3S* em conformidade com a legislação aplicável, com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I* e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.
2. O Caderno de Encargos inclui o *Anexo I, II e III* considerados parte integrante do mesmo.
3. Atento o disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se à prestação do(s) serviço(s) de acordo com os termos previstos neste Caderno de Encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada.
4. O Adjudicatário reconhece e assegura que se inteirou, de forma adequada, das condições existentes no local para a realização de todos os serviços referentes à prestação de serviços a contratar, assim como possui as habilitações e licenças adequadas, e necessárias, à execução do contrato.
5. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV: 90910000-9 (Serviços de Limpeza).

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato, celebrado por escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos



propostos nos termos do disposto no Artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

5. Além dos documentos indicados no número 2 anterior, o prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
6. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato entrará em vigor no dia **01 de abril de 2023** e terá a duração de **1 (um) mês**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4ª - Local da Prestação dos Serviços

Os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações do i3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação, sito na Rua Alfredo Allen n.º 208, 4200-135 Porto e Rua Júlio Amaral de Carvalho n.º 45, 4200-135 Porto.

Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais, a saber:
 - a) Obrigação de prestação da totalidade dos serviços, à luz dos termos plasmados na cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos, melhor identificados nos termos e condições das especificações constantes no [Anexo I](#), e nos termos da proposta adjudicada;
 - b) O Adjudicatário deve garantir a disponibilidade permanente dos recursos humanos necessários à prestação dos serviços, tendo em conta o perfil exigido, de forma a acorrer com celeridade às ausências por motivos de doença e/ou férias.
 - c) Obrigação de garantia de aplicação da metodologia prosseguida pelo Contraente Público;
 - d) Obrigação de prestar e cumprir, para além dos termos e condições constantes deste Caderno de Encargos, incluindo do [Anexo I](#), e da proposta adjudicada, e, bem assim, do consignado, para o efeito, na legislação e regulamentação aplicáveis, os termos e condições fixadas para a prestação de serviços, nomeadamente:



- i. Obrigação de assumir a responsabilidade por análise conjunta dos relatórios de análise dos serviços prestados;
- ii. Obrigação de controlo dos desvios face aos objetivos e implementação de ações corretivas;
- iii. Obrigação de se responsabilizar pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato, exerçam funções por sua conta e responsabilidade, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do Adjudicatário;
- iv. Para além da obrigação de prestar os serviços objeto do contrato conforme as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, terá também a obrigação de comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do disposto no contrato;
- v. Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços objeto do contrato fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos e no contrato;
- vi. Obrigação de não ceder a sua posição contratual no contrato, salvo nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos e na lei, em especial nos termos plasmados no CCP;
- vii. Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- viii. Obrigação de comunicar ao Contraente Público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, nomeadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação dos serviços objeto do contrato, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- ix. Obrigação de disponibilizar ao Contraente Público informação relevante para a gestão do contrato;
- x. Obrigação de coordenação com o responsável operacional do Contraente Público para assegurar uniformidade dos serviços objeto do contrato, nos termos e condições das especificações constantes no *Anexo I* do presente Caderno de Encargos, e da proposta adjudicada, mantendo-se tal obrigação até *terminus* do decurso contratual em causa, nos termos e condições estabelecidos neste Caderno de Encargos e no instrumento contratual;
- xi. Obrigação de acompanhamento contínuo da qualidade dos serviços, *maxime* à luz do estabelecido, nesta matéria, no âmbito de disposições legais e regulamentares aplicáveis, indispensáveis à prestação dos serviços objeto do contrato;
- xii. Obrigação do integral e escrupuloso cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicáveis;



- xiii. Obrigação de prestar quaisquer esclarecimentos, preferencialmente pelos canais telefónico, e-mail e presencial;
- xiv. Obrigação de proceder à substituição temporária ou definitiva de qualquer trabalhador, designadamente nos casos de ausência e faltas legalmente justificadas, num prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, devendo a mesma ser imediatamente comunicada, no mesmo prazo, ao Contraente Público e ao Gestor do Contrato;
- xv. Obrigação de fornecer aos trabalhadores fardamentos identificativos do Adjudicatário e, se for o caso, suportes de identificação individual;
- xvi. Obrigação de cumprir com as regras de disciplina e organização do Contraente Público;
- xvii. Obrigação de aferir que a prestação dos serviços é executada de modo a salvaguardar a menor perturbação e a máxima tranquilidade;
- e) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
- f) Deve fornecer todos os produtos/consumíveis necessários, para a execução do serviço de limpeza;
- g) Utilizar de forma racional e eficiente os meios que lhe sejam disponibilizados pelo Contraente Público, nomeadamente, a energia elétrica e a água;
- h) Deve assegurar a disponibilização de todos os equipamentos e acessórios, atempadamente, para a execução do serviço;
- i) Assegurar a manutenção diária e limpeza de todo o parque de equipamentos e acessórios;
- j) Zelar pela boa conservação e manutenção dos locais onde decorrerá a prestação de serviços, na execução dos serviços da sua responsabilidade;
- k) Efetuar todas as comunicações, requerer e manter válidas, durante a vigência do contrato, todas as autorizações e licenças exigíveis, nos termos da legislação em vigor, para o exercício da sua atividade e pagar todas as quantias que se mostrem necessárias àquela obtenção sendo responsável por quaisquer sanções decorrentes da violação da referida obrigação;
- l) Participar em reuniões com o Contraente Público, e/ou com terceiros, sempre que para tal seja solicitado;
- m) Manter, permanentemente atualizada e à disposição para consulta, a todo o tempo, pelo Contraente Público ou por qualquer entidade fiscalizadora, toda a documentação relativa à prestação de serviços;
- n) Comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo Contraente Público.



2. O Contraente Público, poderá exigir a substituição de qualquer colaborador que apresente inadequado desempenho face ao serviço pretendido, designadamente quando:

- a) Não se enquadre no perfil pretendido para a prestação de serviços;
- b) A apresentação não satisfaça as exigências inerentes a um serviço público;
- c) Não haja a urbanidade e o trato exigível a um serviço público;
- d) Não seja observada a necessária assiduidade;
- e) Em geral, sempre que haja razões que possam por em causa a imagem do Contraente Público.

3. O Contraente Público, reserva-se o direito de determinar, a *posteriori*, os requisitos concretos se vier a constatar que na execução do contrato não acolhe, por parte do Adjudicatário ou dos recursos humanos por este disponibilizados, os comentários e as sugestões que o Contraente Público, venha a proferir.

4. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou colaboradores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

5. O Adjudicatário será ainda responsável pelos prejuízos causados ao Contraente Público, designadamente, por qualquer dano, descaminho ou desaparecimento de móveis, equipamentos, máquinas, utensílios, documentos ou outros bens, que se prove terem sido cometidos pelo seu pessoal, resultante de negligência, mau comportamento ou abuso de confiança, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal a que haja lugar.

Cláusula 6ª - Equipa Afeta à Prestação dos Serviços

1. Todos trabalhadores afetos à equipa de prestação de serviços têm a responsabilidade de respeitar as normas de saúde e segurança no trabalho e de proteção do ambiente.

2. O Adjudicatário nomeará um funcionário seu, que será o **Supervisor(a)** (responsável pela execução do contrato), ao qual atribuirá todos os poderes hierárquicos e disciplinares necessários à direção da execução dos serviços contratados e dos trabalhadores a eles afetos. O trabalhador nomeado para as funções de Supervisor(a) deverá ser munido, pelo Adjudicatário, de um endereço de e-mail e um contacto móvel de serviço.

3. O Adjudicatário assume a obrigação integral de responsabilidade, no exercício do seu poder de direção, pelos atos e/ou omissões do pessoal ao seu serviço, em especial pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à sua qualidade de entidade empregadora, nomeadamente no respeitante às impostas, legal ou regulamentarmente, no atinente à segurança e à saúde no trabalho, bem como a obrigação do pessoal ao seu serviço



apresentar-se adequadamente fardado, sendo, igualmente sua obrigação, manter a disciplina e a boa apresentação do seu pessoal, incluindo todas as obrigações relativas ao mesmo pela observância da disciplina e a sua aptidão, sem prejuízo da necessária e devida reparação de prejuízos por aqueles causados, quer ao Contraente Público, quer a terceiros, no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, após pedido escrito, devidamente fundamentado, do Contraente Público, o Adjudicatário assume a obrigação de substituição, e de forma imediata, de qualquer elemento cujo desempenho não se tenha revelado adequado à normal e diligente prestação dos serviços objeto do contrato, independentemente do apuro final a que se chegar pelo processo de investigação aberto para o efeito.

5. O Adjudicatário obriga-se a proceder ao controlo da assiduidade e da forma de execução da prestação de serviços por parte dos seus trabalhadores, bem como a apresentação daqueles ao serviço (ex.: incorreção no trato; conduta imprópria; desleixo ou negligência na execução dos serviços), determinando a sua substituição se necessário.

6. Sem prejuízo do disposto na alínea precedente, o Adjudicatário possui a obrigação de ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional, designadamente em termos de formação dos seus trabalhadores afetos à prestação de serviços objeto do contrato celebrado.

7. Os elementos do Adjudicatário, afetos à prestação dos serviços objeto do contrato, não mantêm, direta ou indiretamente, de forma alguma, qualquer vínculo laboral com o Contraente Público, não sendo esta, em caso algum, responsável por quaisquer vicissitudes inerentes aos respetivos contratos de trabalho.

8. Os trabalhadores do Adjudicatário afetos à execução dos serviços contratados dependem única e exclusivamente, quer hierárquica, quer economicamente deste, de quem receberão ordens, instruções e as informações necessárias à execução dos serviços.

9. O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento de todas as normas de segurança e higiene previstas na lei e aplicáveis à sua atividade e, ainda, respeitar as Normas/Procedimentos de Segurança e Higiene implementadas no I3S.

10. O Adjudicatário nomeará um funcionário seu, que será o(a) **Encarregado(a)** que terá como funções fiscalizar o desenrolar das operações de limpeza, proceder à distribuição dos trabalhadores e do material, sendo o responsável por este, podendo também, efetuar tarefas desempenhadas por qualquer um dos membros da sua equipa.

11. O trabalhador nomeado para as funções de Encarregado(a) deverá ser munido, pelo Adjudicatário, de um endereço de e-mail assim como de um contacto móvel de serviço.



Deste modo, permitirá ao Gestor do Contrato, nomeado pelo Contraente Público, o contacto imediato em situações prementes e/ou outras necessidades.

12. O Adjudicatário declara que todos os trabalhadores afetos à prestação de serviços serão contratados de acordo com as disposições legais, administrativas, convencionais e regulamentares do Trabalho vigentes, e que estas serão rigorosamente cumpridas, em toda a sua extensão, durante a execução do contrato.

13. O Adjudicatário é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente cláusula, devendo zelar pelo controlo efetivo do seu cumprimento por todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.

14. O Contraente Público colocará à disposição do Adjudicatário, instalações destinadas a vestiário e armazenamento de produtos de limpeza, consumíveis e equipamentos de limpeza, as quais, em caso de cessação do contrato serão restituídas ao Contraente Público, em bom estado de conservação e limpeza.

15. O Contraente Público poderá, quando julgue necessário, exigir a substituição de qualquer um dos trabalhadores do Adjudicatário, sem necessidade de justificação.

Cláusula 7ª - Forma de Prestação do Serviço

1. Inicialmente haverá uma reunião entre as partes, após a data da assinatura do contrato (sendo o respetivo agendamento da iniciativa do Gestor do Contrato e notificado previamente ao Adjudicatário), definir-se-á, por acordo das partes, nomeadamente, o seguinte:

- a) A calendarização das restantes reuniões, se necessário;
- b) O Gestor do Contrato e o Supervisor, afetos à execução do contrato, bem como a equipa de trabalhadores a afetar à prestação dos serviços, sendo que todos os elementos devem estar devidamente habilitados às tarefas a desempenhar para cumprimento das obrigações contratuais;
- c) A calendarização/planeamento da execução das várias obrigações contratuais do Adjudicatário.

2. Para o planeamento e acompanhamento da execução do contrato, o Contraente Público e o Adjudicatário realizarão reuniões de coordenação, sempre que necessário, sendo que o Supervisor deverá colocar por escrito, através de email, uma súmula dos assuntos abordados, a partilhar com todos os intervenientes na reunião.

3. O disposto no número anterior não impede o Contraente Público de convocar reuniões, extraordinárias, de forma fundamentada, fixando o seu agendamento e dela dando conhecimento ao Adjudicatário.



4. Todos os relatórios, registos, comunicações, e-mails e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8ª - Obrigação de Conformidade dos Serviços e Garantia

1. Nos termos do previsto no presente Caderno de Encargos e, em especial, à luz do estabelecido na lei disciplinadora do regime aplicável aos contratos públicos, bem como atento o plasmado nesta cláusula e demais legislação e regulamentação aplicáveis, o Adjudicatário deve garantir a prestação dos serviços objeto do contrato pelo prazo previsto na proposta adjudicada, a contar da data da assinatura do respetivo termo contratual, de acordo com os termos e condições estipulados no presente Caderno de Encargos.

2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Caderno de Encargos e/ou decorrentes das cláusulas contratuais, em especial do concretamente preceituado na presente cláusula, o Adjudicatário assume a obrigação da responsabilidade de garantia de pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza e/ou outros encargos exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicáveis e/ou pelas autoridades competentes e relativos à prestação dos serviços objeto do contrato celebrado

3. Os serviços objeto do contrato a celebrar devem ser prestados em termos da boa, integral e regular execução dos mesmos, incluindo a prestação de todo o pertinente e indispensável apoio de acompanhamento e aconselhamento, no intuito da máxima qualidade, eficácia e eficiência da prestação dos serviços em causa.

Cláusula 9ª - Gestão Ambiental

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir na execução dos serviços e a fazer cumprir pelos seus trabalhadores, a legislação de sustentabilidade ambiental aplicável à sua atividade e a cumprir todas as instruções que lhe sejam transmitidas pelo Contraente Público.

2. O Adjudicatário é responsável pela boa gestão dos produtos químicos utilizados na sua atividade, nomeadamente, quanto ao seu armazenamento e manipulação, devendo prevenir a ocorrência de derrames de produtos perigosos e tóxicos; em caso de derrame deve atuar com vista à sua contenção e recolha do material contaminado, recorrendo a meios próprios, sem prejuízo da responsabilidade pelos danos e prejuízos que possam ser causados ao Contraente Público.

Cláusula 10ª - Qualidade dos Serviços Prestados

1. O prestador de serviços obriga-se a garantir a qualidade da prestação dos serviços objeto do contrato, incluindo aspetos técnicos e operacionais, em termos dos mesmos corresponderem às características, especificações e requisitos previstos, em especial à luz dos termos e condições do [Anexo I](#) do presente Caderno de Encargos, parte integrante do



mesmo, e de acordo com a proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei e/ou demais regulamentação aplicáveis.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a garantir a qualidade dos serviços prestados nomeadamente pelo cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Garantia de atendimento, todos os dias úteis, no horário de expediente;
- b) Garantia de que as respostas às reclamações e/ou sugestões são inferiores a **2 (dois) dias** de calendário;

3. Obrigação de prestar ao Contraente Público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito, assegurando sempre, porém, que o acompanhamento e o aconselhamento sejam sempre assegurados por elementos devidamente habilitados e competentes para o efeito.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário reconhece, em função da missão e designios prosseguidos pelo Contraente Público e das atividades desempenhadas pelos utilizadores dos serviços objeto do contrato, a urgência na satisfação dos pedidos do Contraente Público.

5. É da responsabilidade do Adjudicatário controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, bem como o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição se necessário.

6. Durante a vigência do contrato, o Contraente Público reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;

7. Todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do Adjudicatário;

8. Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc.);

9. É da inteira responsabilidade do Adjudicatário o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas do Contraente Público destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que exista, se mostre adequada e mediante autorização prévia;



10. É da responsabilidade e encargo do Adjudicatário a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios, extensões e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;

11. O Adjudicatário deve assegurar a qualidade dos serviços de limpeza;

Cláusula 11ª - Substituição do Adjudicatário

1. O Contraente Público poderá intervir na execução da prestação de serviços, nomeadamente através da contratação de serviços de terceiros, sempre que ocorra a cessação ou interrupção total ou parcial da prestação de serviços, ou se verifiquem graves deficiências na realização dos trabalhos ou no equipamento, suscetíveis de comprometer a regularidade desta prestação.

2. O Contraente Público poderá, quando julgue necessário, exigir a substituição de qualquer um dos trabalhadores do Adjudicatário, sem necessidade de justificação.

3. Sem prejuízo do direito de resolver o contrato, ao Adjudicatário serão imputados, além das penalizações e respetivas sanções pecuniárias, os custos de intervenção suportados pelo Contraente Público, respeitantes não só à manutenção dos serviços, como ao restabelecimento da normalidade dos mesmos.

Cláusula 12ª - Seguros

1. O Adjudicatário declara expressamente ser detentor de apólices de seguro dos ramos de responsabilidade civil, de equipamento e de acidentes de trabalho, abrangendo as respetivas coberturas, em montante adequado, a execução dos serviços objeto do contrato.

2. Sem prejuízo das responsabilidades e obrigações que lhe são cometidas nos termos do contrato e demais documentações, o Adjudicatário deverá contratar e manter válidos durante a vigência do contrato os seguintes seguros:

- a) Seguro de Acidentes de Trabalho, abrangendo todo o pessoal envolvido na prestação de serviços objeto do presente procedimento;
- b) Seguro para o equipamento que o Adjudicatário trouxer para os locais onde irá ser realizada a prestação de serviços, pelo respetivo valor de substituição contra perdas ou danos de qualquer natureza;
- c) Seguro de Responsabilidade Civil, em seu nome, cobrindo todos os danos e prejuízos eventualmente causados durante a realização dos trabalhos objeto da presente prestação de serviços e desde que relacionados com ela.

3. O Adjudicatário deverá apresentar ao Contraente Público, **antes do início da prestação de serviços**, uma declaração emitida pela Seguradora autorizada a desenvolver a atividade



em Portugal e em que ateste a existência, em conformidade com os números anteriores, de cada um dos seguros.

4. Sem prejuízo do número anterior, o Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o Adjudicatário entregar a mesma no prazo de **2 (dois) dias**, contado da data da notificação escrita para o efeito.
5. A falta de apresentação da prova de contratação dos seguros acima mencionados e a consequente impossibilidade de execução dos serviços será imputável ao Adjudicatário, sendo o mesmo responsável por todas as consequências daí decorrentes.
6. O Adjudicatário não poderá suspender, modificar, substituir ou cancelar quaisquer apólices de seguro, sem prévia autorização escrita do Contraente Público.
7. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Adjudicatário perante o Contraente Público.

Cláusula 13ª - Preço Base do Procedimento

1. Para efeitos de elaboração de propostas fixa-se, como parâmetro base do preço contratual o valor de **€ 14 276,11** (atorze mil, duzentos e setenta e seis euros e onze cêntimos) para o período de vigência máxima de 1 (um) mês.
2. O preço base é definido como o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
3. Proposta com valor superior ao estipulado como preço base será excluída.

Cláusula 14ª - Aspectos Submetidos à Concorrência

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

Cláusula 15ª - Aspectos Não Submetidos à Concorrência

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, o convidado deve observar na sua proposta, e como eventual futuro Adjudicatário, garantir, sem encargos adicionais para o Contraente Público, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos.
2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.



Cláusula 16ª - Preço Contratual e Revisão de Preço

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de € ____ (____)¹ acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.

¹la preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento

2. O valor mencionado no número anterior traduzirá, em todo o caso, a quantidade de serviços efetivamente prestados pelo Adjudicatário, durante a execução do contrato.

3. O preço, referido nos números anteriores, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4. Não haverá lugar à revisão do preço contratual durante a vigência do contrato.

Cláusula 17ª - Condições de Pagamento do Preço

1. O valor devido pelo Contraente Público deverá ser faturado no final da execução do contrato, com a identificação dos preços aplicáveis e os serviços efetivamente prestados.

2. A(s) fatura(s) será(ão) pagas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na(s) mesma(s).

3. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: contabilidadei3s@i3s.up.pt ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário, e deve conter a discriminação dos serviços efetivamente prestados.

4. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, os art.º 299.º do CCP; nos números 2, 3 e 4 do artigo 2.º do DL 123/2018, de 28 de dezembro, na sua redação vigente, e o Despacho 8/2022-XXIII, de 13/12/2022 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

5. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o Contraente Público notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, quanto ao modo de faturação aplicável.



6. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento previsto ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida(s) a(s) nova(s) fatura(s).

7. O Contraente Público terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

Cláusula 18ª - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual.

2. A exigência por parte do Contraente Público ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos do número anterior, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.

3. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penalidades pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4. As penalidades pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal em 10% (dez por cento) do preço contratual.

5. A exigência por parte do Contraente Público ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.

6. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.

7. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento), conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.

8. Para efeitos dos limites estipulados nos n.ºs 2 e 3 do supracitado artigo, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.



9. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
10. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 308.º do CCP.
11. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
12. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20ª - Resolução do Contrato pelo Contraente Público

1. O Contraente Público poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º por remissão do Artigo 451.º do CCP.
2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Contraente Público não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
3. O Contraente Público, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

Cláusula 21ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário

1. O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP, por remissão do artigo 451.º.



Cláusula 22ª - Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 23ª - Modificações do Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **8 (oito) dias**, em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, igualmente o estatuído na Parte III, Título II, Capítulo V (Arts 450.º a 454.º) do CCP.

Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes são admitidas, nos termos dos Artigos 316.º e seguintes do CCP.

Cláusula 25ª - Encargos, Custos e Despesas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário todos os custos e despesas relativos a quaisquer encargos inerentes à celebração do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, correm por conta do Adjudicatário todas as despesas e encargos em que este haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes da lei, do presente Caderno de Encargos, do contrato e da proposta adjudicada.

Cláusula 26ª - Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.



Cláusula 27ª - Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento e/ou cumprimento defeituoso e/ou imputável qualquer responsabilidade, a não realização pontual das prestações e/ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excecionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Os requisitos do conceito de *força maior*, melhor definidos nos termos do plasmado no número anterior, são cumulativos.
3. Podem constituir força maior, se se verificarem os pressupostos ou requisitos enunciados nos termos do número 1 anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, furacões, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



6. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve sempre comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normalizada.
7. Para efeitos do disposto no número antecedente, sempre que uma das partes não aceite, com o dever de comunicar, por escrito, tal situação à outra parte, que certa ocorrência invocada pela outra parte constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
8. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 28ª - Responsabilidades

1. O Adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações do Contraente Público, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar, aplicando-se o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 296.º do CCP.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 29ª - Sigilo e Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.



2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
4. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
5. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 30ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 31ª - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na formação e na execução dos contratos públicos, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 32ª - Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.



3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a ter em conta, na execução do contrato, as orientações que lhe forem transmitidas por escrito pelo Contraente Público, na medida em que as mesmas não colidam com as regras aplicáveis à execução do mesmo termo contratual.

Cláusula 33ª - Deveres de Informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra parte de quaisquer factos ou circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com os princípios da boa-fé e da confiança, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias a contar do respetivo conhecimento.
2. Atento o disposto no número anterior, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra parte, em especial, de quaisquer factos ou circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações decorrentes da lei e/ou do contrato e/ou do Caderno de Encargos e/ou da proposta adjudicada.

Cláusula 34ª - Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 35ª - Legislação Aplicável

Em tudo o omissa neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 36ª - Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 37ª - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio



eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.

2. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Para o Contraente Público:

À atenção de: Gabinete de Aprovisionamento

Morada: Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procurement@i3s.up.pt

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [Completar]

Morada: [Completar]

Endereço de correio eletrónico: [Completar]

3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.

4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 38ª - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público ao qual incumbe o permanente acompanhamento da execução contratual.

2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deverá comunicá-los de imediato ao Órgão Competente do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.

3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; contacto: [Completar]

4. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com o Contraente Público, para todos os fins associados à execução do contrato.



Cláusula 39ª - Partes Integrantes

1. Faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, o seu *Anexo I, Anexo II e Anexo III*.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e os seus anexos, bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.

Cláusula 40ª - Contagem dos Prazos

1. A contagem dos prazos, na fase de formação do contrato obedece ao disposto no artigo 470.º do CCP.
2. A contagem dos prazos, na fase de execução dos contratos, cumpre o estatuído no artigo 471.º do CCP.



Anexo I - Cláusulas Gerais e Técnicas

Cláusula 41ª - Nota Introdutória

A prestação de serviços deverá assegurar a limpeza e higienização das instalações do Contraente Público, doravante "i3S", constituído por dois edifícios interligados cujas áreas úteis, aproximadas são:

- ✓ Edifício novo: 16.000m²
- ✓ Edifício antigo: 2.500m²

Doravante designados por Ala Poente e Ala Nascente, respetivamente.

O ambiente dos laboratórios de investigação científica constitui um local de risco químico, microbiológico e patogénico acrescido. Este facto torna a limpeza e higiene laboratoriais muito mais exigente do que a limpeza de superfícies como centros comerciais, escolas ou outras instituições. A essência da limpeza eficaz diz respeito não só ao aspeto limpo das superfícies e equipamentos, mas à certeza de que as superfícies estão "tecnicamente" limpas.

Num laboratório, é determinante o processo de remoção de sujidade através de ação mecânica, que inclua a remoção de microrganismos e matéria orgânica a fim de evitar o desenvolvimento bacteriano. Tem também suma importância a desinfecção, que é o processo através do qual se pretende a destruição da maior parte dos microrganismos patogénicos. Pretende-se, com esta nota introdutória, traduzir a especificidade e exigência da presente prestação de serviços, bem como consciencializar os concorrentes dessa mesma especificidade, de forma a podermos exigir ao Adjudicatário um rigoroso cumprimento do presente clausulado.

Cláusula 42ª - Objetivos

Com a presente aquisição de serviços pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- a) Obter uma adequada higienização do ambiente inanimado;
- b) Contribuir para a prevenção e controlo das infeções associadas aos trabalhos laboratoriais;
- c) Proporcionar maior bem-estar aos profissionais de laboratório.

Cláusula 43ª - Âmbito dos Serviços a Prestar

A prestação de serviços deverá assegurar a limpeza e higienização das instalações e compreende os seguintes meios e serviços:



A. Geral

1. Os funcionários a afetar às funções de Supervisor e de Encarregado devem ter a formação adequada, bem como comprovada experiência profissional nas respetivas funções.
2. Produtos de consumo necessários à execução de serviços de limpeza, incluindo quantidade necessária para eventual utilização fora do horário praticado pelo Adjudicatário;
3. Disponibilização de produtos de limpeza que devem ser deixados nos serviços, em quantidade suficiente, para utilização até ao dia seguinte;
4. Disponibilização de todos os produtos necessários para a execução do contrato tendo em conta o mapa de acabamentos e o procedimento de limpeza do pavimento "Stonhard", ambos da Ala Poente (*Anexo II* e *Anexo III* ao Caderno de Encargos);
5. Reposição de consumíveis: sabonete líquido, toalhetes de papel para as mãos, papel dos laboratórios e papel higiénico, de acordo com os dispensadores existentes;
6. Reposição de sacos plásticos específicos para acondicionamento de resíduos sólidos urbanos (inclusive para reciclagem);
7. Disponibilização das fichas técnicas e de segurança apenas dos produtos a utilizar durante a duração do contrato (em caso substituição de produtos, por rutura de stock ou descontinuidade de fabrico, é obrigatório informar, por escrito, e com envio das novas fichas para aprovação/aceitação).

B. Pessoal e Equipamento

1. Todos os funcionários do Adjudicatário devem assinar o registo de presença antes de iniciarem as suas atividades no i3S. Neste registo deverá, **obrigatoriamente**, mencionar a data, o nome do funcionário, a categoria profissional, a hora de entrada, a hora de saída e assinatura do trabalhador.
2. O Encarregado deverá observar o estipulado no número anterior, assim como garantir o cumprimento deste registo, pelos executantes a seu cargo.
3. O Supervisor deverá, de igual modo, cumprir o estipulado no N.º 1.
4. Identificação do pessoal (com fotografia);
5. Fardamento adequado e específico para as ações desenvolvidas e para uso exclusivo destas funções (pelo menos 2 fardas por funcionário);
6. Equipamento de proteção individual tais como aventais impermeáveis, luvas de látex, luvas de proteção em nitrilo ou outras necessárias com vista à compatibilidade dos produtos a usar (em situações de utilização de desinfetantes), óculos ou máscaras com viseiras;



7. Fornecimento de equipamento manual a cada trabalhador do Adjudicatário, nomeadamente, carro de duplo balde, panos do pó, franjas, espanadores do pó (pelo menos 2, sendo 1 de cabo extensível);
8. Equipamento mecânico, eletromecânico e outros utensílios necessários e em quantidade necessária à execução dos serviços sendo, **o mínimo**, indispensável a colocação de:
 - a) 1 (um) Auto lavadora de condutor sentado;
 - b) 3 (três) máquinas rotativas;
 - c) 1 (um) máquina de Auto brilho;
 - d) 9 (nove) aspiradores de pó;
 - e) 2 (dois) aspiradores de líquidos;
 - f) 3 (três) carros completos de piquete;
 - g) 1 (um) andaime movível para limpezas de difícil acesso com, pelo menos, uma altura de piso ajustável, mínima, de 8 metros.
9. O equipamento/material afeto a cada serviço permanecerá, após o horário praticado pelos agentes executantes, nesse serviço.
10. Equipamento completo para limpeza de vidros e respetivo equipamento de segurança.
11. Sinalética adequada a todos os trabalhos em curso (Ex: pavimento escorregadio; WC em manutenção...).

Cláusula 44ª - Áreas, Serviços de Atuação, Níveis de Risco e Frequência de Limpeza

1. No Mapa de serviços, abaixo estão contempladas as diversas áreas a serem limpas e higienizadas, bem como as tarefas e periodicidade associadas a cada uma delas. Este documento é passível de atualização sempre que o Contraente Público o considere necessário;
2. É obrigatório o cumprimento da frequência, número de horas e intervalo de horário de limpeza aí considerados;
3. O total de horas de limpeza semanal a contratar é de 433 (quatrocentas e trinta e três) horas, conforme a distribuição do Mapa de Serviços e durante o intervalo compreendido no mesmo.



Cláusula 45ª - Organização das Equipas

		N.º de Elementos		N.º Horas
Horários	Serviço	Ala Poente	Ala Nascente	Semana
6:00H às 9:00H	Limpeza diária	16	2	270
9:00H às 19:00H	2 Piquetes diários	1	1	100
9:00H às 12:00H	1 Piquete diário - vidros	1		15
Sábados 8:00H às 15:00H	2 Piquetes Limpezas Gerais	6		42
Sábados 14:00H às 17:00H	Limpezas gerais	2		6

Nota: as equipas de limpeza devem ser constituídas por elementos de ambos os sexos

Cláusula 46ª - Detergentes, Desinfetantes e Equipamentos de Limpeza a Utilizar

1. Sendo o Edifício da Ala Nascente, um edifício mais antigo, não dispomos de mapa de acabamentos, pelo que devem ser indicados, pelo menos, os seguintes produtos:

- Produto lava e encera;
- Ceras brancas e amarelas;
- Vitrificador;
- Detergente desodorizante neutro para limpeza de pavimentos;
- Detergente com desinfetante à base de cloro ativo para desinfeção de casas de banho;
- Limpador abrillantador para superfícies de aço inox, bem como produto para remoção de manchas tipo colas e outros;
- Detergente desincrustante para limpeza de W/C;
- Produto líquido para limpeza de vidros, azulejos e todas as superfícies laváveis;
- Decapante de baixa alcalinidade para linóleo;
- Decapante para todo o tipo de pavimentos;
- Detergente neutro concentrado de aplicação universal para lavagem de vidros;
- Detergente neutro perfumado para a limpeza e manutenção de superfícies laváveis;
- Luvas de nitrilo e látex (ou outras, consoante a compatibilidade exigida e de acordo com os produtos utilizados).

2. Em relação às características dos detergentes estes devem ser: biodegradáveis, não corrosivos, de odor não irritante, não conterem desinfetantes (à exceção do produto utilizado nas instalações sanitárias) e doseador incorporado; bem como respeitar as exigências ambientais e de saúde pública em vigor.

3. O Adjudicatário deve ainda garantir a adequação dos produtos a novas normas ou exigências ambientais e de saúde pública que entrem em vigor no período de vigência do contrato.



4. Desinfetantes:
 - a) Todos os telefones devem ser limpos semanalmente com um pano embebido em álcool;
 - b) Cumprimento das especificações do regulamento de limpeza do Contraente Público.
5. Os equipamentos e materiais a usar devem obedecer às especificações de limpeza do Contraente Público, devidamente documentadas internamente.
6. O material/equipamento afeto a cada serviço deverá permanecer neste para utilização do Contraente Público após o horário praticado pelos agentes executantes. O mesmo se aplica aos consumíveis (detergentes) que o Adjudicatário deverá deixar, em quantidade suficiente, para utilização até ao dia seguinte.
7. O Contraente Público reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos, sempre que o entenda necessário, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a sua utilização.
8. Todos os produtos devem ser fornecidos com instruções claras de dosagem que devem ficar afixadas no local de manipulação.

Cláusula 47ª - Responsável pela Execução do Serviço e Supervisor(a)

1. Os agentes executantes serão chefiados pelo(a) responsável pela execução do serviço (Encarregado(a)).
2. O responsável pela execução do serviço comparecerá diariamente no i3S, na equipa da manhã.
3. O Adjudicatário deve indicar um(a) supervisor(a) que deverá comparecer nas instalações com uma frequência, **mínima**, de **3 (três) vezes/semana**. O não cumprimento deste requisito, específico, poderá resultar na resolução do contrato.
4. O(a) responsável pela execução do serviço, bem como o/a supervisor(a) deverão assinar o registo de presença à semelhança dos outros funcionários/colaboradores do Adjudicatário.
5. Todas as questões relacionadas com a prestação de serviços de higiene e limpeza deverão ser comunicadas ao Gestor do Contrato.
6. As comunicações entre o Adjudicatário e o Contraente Público serão realizadas através do Gestor do Contrato.

7. Competências Mínimas

NIF: 515 769 053
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 29 DE 36

INSTITUTO
DE INVESTIGAÇÃO
E INOVAÇÃO
EM SAÚDE
UNIVERSIDADE
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208
4200-135 Porto
Portugal
+351 220 408 800
info@i3s.up.pt
www.i3s.up.pt



Encarregado(a)

- i. As suas responsabilidades concentram-se na formulação de estratégias de gestão operacional, organização e liderança de pessoal, implementação de políticas e procedimentos que garantam a qualidade e eficiência dos serviços de limpeza a prestar, das pessoas, áreas, edificações, bens e valores;
- ii. Nomeadamente competem-lhe as seguintes funções:
 - o Propor, implementar e acompanhar o planeamento operacional da limpeza;
 - o Realizar análises preliminares de riscos para as atividades sob sua responsabilidade;
 - o Elaborar normas, regulamentos e procedimentos de higiene e limpeza;
 - o Distribuir tarefas para os seus subordinados, delegando as atividades adequadas a cada profissional;
 - o Supervisionar, inspecionar e orientar *in situ*, a execução das atividades de higiene e limpeza;
 - o Acompanhar os casos de falta ao serviço por motivos de saúde, prestando assistência social, se necessário ao profissional;
 - o Propiciar a integração de profissionais na equipa de limpeza, em caso de necessidade, promovendo políticas, normas e procedimentos da Instituição;
 - o Acompanhar os processos de alocação e adaptação dos profissionais nos postos de serviços estipulados pelo Contraente Público;
 - o Administrar os problemas operacionais dos postos de serviço, tomando as providências necessárias;
 - o Fazer reuniões periódicas com o pessoal operacional sob a sua responsabilidade;

Supervisor(a)

- o O Supervisor(a) a designar para esta função não poderá supervisionar mais de 10 (dez) entidades contratantes em simultâneo;
- o Aplicar medidas disciplinares, de acordo com a legislação em vigor e tendo como foco a reabilitação do profissional envolvido;
- o Participar em reuniões com o gestor do contrato para tratar de assuntos inerentes à execução do contrato;
- o Manter o gestor do contrato informado sobre assuntos relevantes das suas atividades;
- o Fazer avaliação de desempenho periódicas com a equipa de limpeza, comunicando-lhes os pontos positivos a serem mantidos e os negativos a serem melhorados;
- o Preparar e administrar escalas de serviço e de férias;
- o Providenciar e acompanhar a formação profissional dos seus subordinados;



Cláusula 48ª - Outras Obrigações do Adjudicatário

1. Garantir a descontaminação dos têxteis (panos de limpeza, mapas, esfregonas, franjas e similares) utilizados na limpeza, bem como a lavagem e tratamento do fardamento do pessoal, devendo ser garantido um número adequado de fardas a cada funcionário, no mínimo de duas.
2. A realizar a manutenção necessária a todos os equipamentos afetos à prestação do serviço, providenciando a substituição do(s) mesmo(s), caso haja necessidade de sair das instalações do Contraente Público.
3. É da responsabilidade do Adjudicatário, verificar a existência de rotulagem em todas as embalagens dos produtos utilizados na limpeza e desinfeção dos serviços. As mesmas devem indicar, claramente, o nome do produto, a composição química, a diluição/concentração e o prazo de validade.
4. Responsabilizar-se pelo pagamento, atempado, de todos os encargos referentes aos seus funcionários, executantes do serviço contratado, salariais e outros, respeitando toda a legislação laboral vigente.
5. Responsabilizar-se por todos os encargos com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e consumíveis, sendo responsável pelo seu transporte, armazenamento, manutenção e conservação dos mesmos.
6. É da responsabilidade do Adjudicatário a atribuição de um telemóvel de serviço ao responsável pela execução do serviço, ou funcionário que o substitua no exercício dessas funções, de modo a que um membro da equipa de limpeza esteja sempre contactável dentro do edifício do Contraente Público.
7. Responsabilizar-se pelo pagamento de indemnização, no âmbito da responsabilidade civil, por danos causados a terceiros derivados ou resultantes de:
 - a) Negligência ou má-fé imputável ao Adjudicatário, seu pessoal, seus delegados ou mandatários;
 - b) Incêndio ou explosão imputável ao funcionamento dos equipamentos e/ou produtos utilizados pelo Adjudicatário.
8. Supervisionar a execução do serviço por intermédio do responsável pela execução do serviço que responderá pela execução dos serviços e pela disciplina e compostura dos agentes executantes.
9. Substituir os elementos faltosos, mesmo em caso de greves dos funcionários da empresa.
10. Sempre que um executante der 3 (três) faltas injustificadas, o Contraente Público poderá requerer a sua substituição.



11. Deverá ser evitada a prática de rotação de pessoal entre serviços, sem o conhecimento prévio do Gestor do Contrato.
12. Sempre que ocorram saídas/entradas de funcionários, incluindo encarregado(a) e supervisor(a) o Adjudicatário tem o dever de informar o Contraente Público, por escrito.
13. No caso de haver funcionários que ocupam vários postos de trabalho, o nome dos mesmos deverá constar nos vários mapas/serviços.
14. Todos os agentes executantes terão que cumprir todas as normas internas, existentes no Contraente Público, sob pena de ser solicitada a sua imediata substituição, incluindo a proibição de fumar dentro das instalações do Contraente Público, bem como, os procedimentos adequados, para o acesso e circulação, nas referidas instalações.
15. O Adjudicatário deve obrigatoriamente informar, no **prazo máximo** de 24 horas, o Gestor do Contrato de todos os acidentes e/ou incidentes ocorridos com os seus agentes executantes, no i3S, com vista a ser efetuada a respetiva investigação e desta forma, sejam tomadas as medidas necessárias para evitar futuros acidentes e/ou incidentes.
16. O Contraente Público poderá a todo o momento exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições contratuais, regulamentares, legais e técnico-administrativas aplicáveis e/ou exigidas.
17. Reconhecer ao Contraente Público o direito de proceder à denúncia unilateral do contrato se houver quebra de sigilo profissional imputável a pessoal adstrito ao Adjudicatário;
18. Comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo Contraente Público.

Cláusula 49ª - Mapa de Serviços Gerais

As especificações dos serviços a prestar encontram-se devidamente documentadas em documento interno passível de alteração, de forma a corresponder às necessidades de ocupação do edifício.

1. *Laboratórios, Gabinetes, Auditórios, Salas, Corredores*

Todos os dias	Lavar o chão
	Recolher os sacos pretos do lixo
	Reposição de consumíveis em todos os dispensadores



Todos os dias em 3 salas de cada setor	<p>Limpar as mesas das secretárias (tampas e pernas)</p> <p>Limpar as cadeiras (costas, assentos, braços e pernas)</p> <p>Limpar os monitores (exceto écrans), teclados e cpu's dos computadores e telefones</p> <p>Limpar vidros das portas, portas de vidro ou qualquer vidro até 2m de altura</p> <p>Separação de resíduos: papel/cartão, plástico, vidro, etc.;</p>
2 vezes por semana	<p>Limpar parapeitos e beirais das janelas e portas (escritórios/corredores)</p> <p>Limpar (por cima, frente e lados) os armários, arcas, arquivos e carretéis de incêndio</p> <p>Aspirar o chão por baixo e por trás das arcas frigoríficas e outros equipamentos de grandes dimensões, exceto aqueles que não possam ser limpos, por questões técnicas, de acesso ou segurança do próprio equipamento, os quais serão mencionados</p>
Sábados	<p>Limpeza mecânica do chão (agendar os setores com encarregado(a))</p>

2. Casas de Banho

Todos os dias (5 vezes por dia)	<p>Lavar o chão</p> <p>Lavar lavatórios, espelhos, sanitas, urinóis</p> <p>Limpar e abastecer saboneteiras, toalheiros e suportes dos rolos de papel higiénico</p> <p>Limpar as portas</p>
1 vez por semana	<p>Lavar as paredes dos WC's</p>
Sábados	<p>Limpeza mecânica do chão (combinar com encarregado(a))</p>

3. Antecâmaras e Câmaras

Todos os dias	<p>Lavar o chão</p>
1 vez por semana	<p>Aspirar o chão por baixo e por trás das arcas frigoríficas e outros equipamentos de grandes dimensões</p>

4. Salas de Lavagem

Todos os dias	<p>Lavar o chão</p> <p>Separação de resíduos: papel/cartão, plástico, vidro, etc.;</p>
1 vez por semana	<p>Limpar o exterior (por cima, frente, lados e chão) dos equipamentos, bem como parapeitos</p>



	Limpar vidros
Sábados	Limpeza mecânica do chão (combinar com encarregado(a))

5. Zonas Exteriores, Estacionamento Coberto e Acessos

Todos os dias	Limpar/lavar o chão (apanhar folhas, pontas de cigarros, etc.) Lavar as entradas exteriores da Ala Poente e Ala Nascente
1 vez por semana	Limpar as salas de resíduos
2 vezes por mês	Limpar as escadas e patamares de emergência (no exterior)

6. Bar, Cantina, Esplanadas e Zonas de Refeições

Diário	Lavar o chão Limpar as mesas (tampas) de manhã cedo e após o almoço (15h00) Limpar as cadeiras (costas e assentos) Limpar os micro-ondas (por fora e por dentro) Limpar as bancas Separação de resíduos: papel/cartão, plástico, vidro, etc.; Esvaziar cinzeiros (esplanadas) Limpar vidros das portas, portas de vidro ou qualquer vidro até 2m de altura
1 vez por semana	Limpar paredes Lavar (por dentro e por fora) os caixotes do lixo e cinzeiros Limpar mesas e cadeiras
Sábados	Limpeza mecânica do chão (combinar com encarregado(a))

7. Consultórios Médicos

Todos os dias	Lavar o chão de todas as salas Limpar a receção Lavar os lavatórios dos consultórios Limpar as cadeiras (costas, assentos, pernas e braços) e as secretárias (tampas e pernas) Limpar os monitores (exceto écrans), teclados e cpu's dos computadores e telefones Limpar vidros das portas, portas de vidro ou qualquer vidro até 2m de altura Trocar os sacos do lixo Separação de resíduos: papel/cartão, plástico, vidro, etc.;
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



2 vezes por semana	Limpar parapeitos e beirais das janelas Limpar (por cima, frente e lados) os armários, arquivos e carretéis de incêndio
Sábados	Limpeza mecânica do chão (combinar com encarregado(a))

8. Laboratório de Radioatividade (LR) e Sala de Decaimento (SDR)

Estas salas têm o acesso limitado por utilização de cartão de identificação, sendo que a funcionária da limpeza só consegue entrar quando acompanhada por um funcionário do Serviço de Saúde, Segurança e Qualidade do i3S (HSQ - *Health, Safety and Quality*) que tem acesso à sala. O laboratório é verificado em termos de existência (ou não) da presença de radiação, antes de a funcionária entrar e só entra para fazer a limpeza depois de todas as condições de segurança estarem reunidas.

1 vez por semana	Procurar a responsável HSQ - NUNCA ENTRAR SÓZINHO(A) Lavar o chão com água e detergente RBS25 (não varrer nem espanar) do LR Seguir as instruções da responsável HSQ sobre o que pode ou não limpar
------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

9. Serviços Mínimos Assegurados pelo Piquete de Limpeza

Tarefas
Limpeza dos WC's (louças e chão; esvaziar cestos) Reposição de papel/sabonete líquido nos dispensadores dos WC's 5 vezes por dia: início da manhã (antes das 09h00, meio da manhã, hora de almoço (12h30-14h00), meio da tarde, final do dia (após as 18h00)
Limpeza de vidros interiores até 2m de altura (ex.: portas, janelas)
Verificação da limpeza dos edifícios Possíveis limpezas extraordinárias
Limpeza da sala de reuniões Remoção de resíduos das papeleiras exteriores
Limpeza do Bar e cantina (mesas, cadeiras, micro-ondas, vidros das portas, chão; esvaziar lixo/reciclagens, carregar dispensadores)
Limpeza das Esplanadas (mesas, cadeiras, chão; esvaziar lixo/reciclagens e cinzeiros)
Limpeza de salas após intervenção pela equipa de manutenção e equipas de reparação
Limpeza dos laboratórios/corredores após descongelamento de arcas e frigoríficos
Limpeza da sala dos contentores de azoto (1 vez por semana) e resíduos



10. Serviços Mínimos Assegurados pelo Piquete de Limpeza - Sábado

Piquetes	Tarefa
Limpezas gerais WC's	Limpeza geral dos WC's (louças, espelhos, dispensadores, chão, paredes e cabines; esvaziar cestos) Reposição de papel/sabonete líquido nos dispensadores dos WC's
2 Piquetes Limpezas Gerais	Limpezas gerais dos setores agendados durante a semana, incluindo as limpezas mecânicas dos vários pavimentos (para além dos laboratórios e gabinetes inclui também a garagem coberta e restantes zonas comuns do edifício, como bar e cantina, biblioteca, auditórios, corredores e átrios, terraços e esplanadas, etc.)

11. Instalações do i3S

Tipologias
Armazéns e arquivos
Auditórios
Bar e cantina
Câmaras frias
Corredores
Espaços de convívio/Esplanadas
Gabinetes
Gabinetes médicos
Laboratórios
Parques de estacionamento
Receções
Salas de colheitas
Salas de reuniões
Salas de culturas
Salas de equipamentos
Salas de lavagens
Salas de computadores/estudo
WC's

MAPA DE ACABAMENTOS		PAINIMENTO		REVESTIMENTOS		Tectos		COBERTURAS		LOUÇAS SANITÁRIAS		LOUÇAS SANITÁRIAS, TORNEIRAS E ACESSÓRIOS		MOB		DIVERSOS		OBSERVAÇÕES:
		INTERIORES		EXTERIORES		INTERIORES		EXT										
INSTITUTO DE INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE-IIS		PV1 Pavimento em endurecedor de superfície		RV1 Betão à vista		TC1 Betão à vista		CB1 Cobertura invertida, com protecção pesada em godo		Lavatório suspenso do tipo Valadares ou equivalente, modelo Isis ref. 78791002, de cor branca; com estrutura de fixação; válvula click-click e sifão em latão cromado		Torneira de lavatório temporizada cromada do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop, ref. GK.T005		Cadeiras auditório EDU da Korhonen. Assento rebatível. Encosto e assento revestido a tecido Gaja cor cinza.		Escadas pré fabricadas em L de betão		Escada em aço
		PV2 Pavimento em pintura epoxy		RV2 Bloco de betão vazado tipo Presdouro face à vista 500x200 x(variável)		TC2 Tecto Rebocado e estanhado, com sistema de pintura como acabamento final		CB2 Cobertura invertida ajardinada		Lavatório suspenso para mobilidade condicionada do tipo Valadares ou equivalente, modelo PMR ref. 78791002, de cor branca; com estrutura de fixação; válvula click-click e sifão em latão cromado		Torneira de duche de encastrar temporizada do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop, ref. GK.T0102 e chuveiro pulverizador do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop, ref. GK.T0150		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente		Separador de urinol em fenólico		
		PV3 Pavimento de base cimentícia tipo design floor da weber ou equivalente		RV3 Bloco de betão acústico tipo Presdouro modelo Bloco Silence 500x200x200		TC3 Tecto falso em gesso cartonado pintado		CB3 Cobertura invertida revestida a betão in situ		Sanita suspensa do tipo Valadares ou equivalente, modelo Europa Suspenso ref. 18001002; com tampo em termotur; placa de comando de dupla descarga do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush com acabamento cromado, ref. C1.52.01 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.12		Misturadora monocomando para lavatório de mob. Condicionado tipo Ofu ou equivalente, modelo hospitalar h2, ref. GV.T5903		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. BR0900C de 100cm ou equivalente		sistema de alarme - mobilidade condicionada		Espelho não aquecido
		PV4 Pavimento em argamassa epoxy monocor lavável com elevado grau de resistência química, ao impacto e à abrasão tipo Stonclad da Stonhard ou equivalente		RV4 Reboco pintado		TC4 Tecto falso acústico em gesso cartonado tipo Knauf Twin com percentagem de perfuração de 15,5 %		CB4 Cobertura invertida revestida lajetas de betão pré-fabricadas		Sanita suspensa para mobilidade condicionada do tipo Valadares ou equivalente, modelo PMR ref. 18003002; com tampo em termotur; placa de comando de dupla descarga do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush com acabamento cromado, ref. C1.52.01 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.12		Misturadora duche com chuveiro stop para mobilidade condicionada do tipo Ofu ou equivalente, modelo hospitalar h2 GV.T5902CT e suporte chuveiro mural (simples) modelo stillo DH.T2739		Barra de apoio basculante de sanita com rolo do tipo "JNF" ref. 55140140 ou equivalente				
		PV5 Pavimento e revestimento impermeável Masterseal 550 da BASF ou equivalente para resevatórios de água potável		RV5 Gesso cartonado Pintado		TC5 Tecto falso tipo Acophon Hygiene Labotec Ds C1				Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Dispensador de sabão líquido em aço inox AISI 304 do tipo JNF ref. IN.43.480.S ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV6 Pavimento e revestimento impermeável Masterseal 136 da BASF ou equivalente para reservatórios de água não potável		RV6 Bloco de betão tipo Presdouro maciço 500x200 x(variável)		TC6 Tecto falso em chapa perfurada				Sanita suspensa para mobilidade condicionada do tipo Valadares ou equivalente, modelo PMR ref. 18003002; com tampo em termotur; placa de comando de dupla descarga do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush com acabamento cromado, ref. C1.52.01 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.12		Dispensador de toalhas de papel em aço inox AISI 304 do tipo JNF ref. IN.60.556 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV7 Tapete tipo Basmat Zeus acabamentode pelo duro cinza		RV7 Gesso cartonado acústico tipo Knauf Twin com percentagem de perfuração de 15,5 % com lâ de rocha		TC7 Tecto falso em gesso cartonado corta fogo				Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Cesto de papéis em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.60.559 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV8 pavimento vinílico de acordo e correspondente com o existente		RV8 Rede metálica de fixação da lâ de rocha		TC8 Tecto falso em gesso cartonado hidrófugo				Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Porta-rolos em aço inox AISI 304 tipo JNF ou equivalente, modelo Jumbo, ref. IN.60.489		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV9 mosaico 60x60 "marmol compac série microcompac" 12mm		RV9 Azulejo mate 15cmx15cm da cinca cor cinza igual ao existente		TC9 Tecto falso exteriorcom placas cimenticias				Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Porta piaçaba de parede em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.42.165 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV10 Auto-alisante epoxico tipo sikafloor ref 261-N				TC11 Tecto falso exteriorcom placas cimenticias				Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Cadeira de apoio em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.14.505 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV11 Lajetas de betão pré-fabricadas								Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Cadeira de apoio em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.14.505 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV12 Godo ou grilha								Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Cadeira de apoio em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.14.505 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
		PV13 Pavimento em betão in situ								Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Cadeira de apoio em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.14.505 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
										Urinol do tipo Valadares ou equivalente, modelo Face 2 em cor branca, ref. 18541002; com torneira de descarga de urinol de encastrar, do tipo Ofu ou equivalente, modelo Stillstop ref. GK.T0050 e estrutura de suspensão de encastrar do tipo Water Evolution ou equivalente, modelo Flush ref C.1.44		Cadeira de apoio em aço inox AISI 304 tipo JNF ref. IN.14.505 ou equivalente		Barra de apoio de duche do tipo "JNF" ref. 55140060 de 80cm ou equivalente				
CIRCULAÇÕES		CO.1 Corredor	PV3	RV1/RV2/RV3	TC1													
	CO.2 Corredor	PV3		RV1/RV3	TC1													
	CO.3 Corredor	PV3		RV1/RV3	TC1													
	CO.4 Corredor	PV3		RV1/RV2/RV3/RV6	TC1													
	CO.5 Corredor	PV3		RV2/RV4	TC3/TC6													
	CO.6 Corredor	PV3		RV2/RV4	TC3/TC6													
	CO.7 Corredor	PV3		RV2/RV4	TC3/TC6													
	CO.8 Corredor	PV3		RV2/RV4	TC3/TC6													
	CO.9 Corredor	PV3		RV2/RV4	TC3/TC6													
	CO.10 Corredor	PV3		RV1/RV2/RV4	TC3/TC6													
	CO.11 Corredor	PV3		RV4	TC1													
	CO.12 Corredor	PV3/PV7		RV1/RV2	TC3													
	CO.13 Corredor	PV3		RV1/RV2/RV6	TC3													
	E.1 Escada	PV2		RV1	TC1													
	E.8 Escada	-		RV1	-													
	E.9 Escada	-		RV1	TC1													
	E.10 Escada	-		RV1	TC1													
	E.11 Escada	-		RV1/RV2	-													
	E.12 Escada	PV4		RV1/RV2	TC1													
	R.2 Rampa	PV4		RV4	TC1													
	R.3 Rampa	PV4		RV1	TC1													
	R.4 Rampa	PV4		RV1	TC1													
	R.5 Rampa	PV4		RV4	TC8													
	VO.1 Vestibulo	PV4		RV1/RV2/RV4	TC3													
	VO.2 Vestibulo	PV4		RV4	TC3													
	VO.3 Vestibulo	PV4		RV1/RV2/RV4	TC3													
	VO.4 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.5 Vestibulo	PV3		RV2/RV4	TC1													
	VO.6 Vestibulo	PV4		RV4	TC3													
	VO.7 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.8 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.9 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.10 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.11 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.12 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.13 Vestibulo	PV3		RV1/RV4	TC3													
	VO.14 Vestibulo	PV3		RV4	TC3													
	VO.15 Vestibulo	PV7		RV1	TC1													
6. AREA TECNICA		Área Técnica de Electricidade	PV1	RV1	TC1													
7. ENTRADA		Antecâmara de entrada	PV7	RV1	TC1													
	0.7.2 Área de exposições permanentes	PV3		RV1/RV2/RV3	TC1/TC6													
	0.7.3 Núcleo de Divulgação Científica	PV3		RV1/RV2/RV3	TC1													
	0.7.4.1 Área de Computadores	PV3		RV4	TC3													
	0.7.4.2 Gabinete	PV3		RV4	TC3													
	0.7.4.3 Gabinete	PV3		RV4	TC3													
	0.7.4.4 Sala de Trabalho	PV3		RV4	TC3													
	0.7.4.5 Sala de Gravagens	PV3		RV4	TC4													
	0.7.5 Zona de estar	PV3		RV1	TC1													
	0.7.6 I.S. Masculinas	PV4		RV4	TC3													
	0.7.7 I.S. Femininas	PV4		RV4	TC3													
	0.7.8 I.S. Mob. Cond.	PV4		RV4	TC3													
8. ZONAS DE CONVIVIO/RESTAURANTE		Cafeteria	PV3/PV7	RV4	TC4													
	0.8.1 Copa	PV4		RV4	TC3													
	0.8.2 Cozinha	PV3/PV7		RV4	TC4													
	0.8.3 Cozinha	PV3		RV4	TC4													
	0.8.4 Self-service	PV3		RV4	TC4													
	0.8.4.2 Empilhamento/Exposição	PV4		RV4	TC3													
	0.8.4.3 Confeitaria	PV4		RV4	TC3													
	0.8.4.4 Preparação de sobremesas	PV4		RV4	TC3													
	0.8.4.5 Lavagem do lenç	PV4		RV4	TC3													
	0.8.4.6 Balcão de apoio à cafeteria	PV4		RV4	TC3													
	0.8.4.7 Sala de preparação	PV4		RV4	TC3													
	0.8.4.8 Dispensário	PV4		RV4	TC1													
	0.8.5 Anticafeteria	PV3		RV4	TC3													
	0.8.6 I.S. Masculinas	PV4		RV4	TC3													
	0.8.7 I.S. Femininas	PV4		RV4	TC3													
	0.8.8 I.S. Mob. Cond.	PV4		RV4	TC3													
9. BIBLIOTECAMULTIMÉDIA		Biblioteca	PV3	RV3/RV4/RV6	TC1													
	0.9.1 Aterramento	PV3		RV3/RV4/RV6	TC1													

MAPA DE ACABAMENTOS		PAINIMENTO		REVESTIMENTOS		Tectos		COBERTURAS		LOUÇAS SANITÁRIAS		LOUÇAS SANITÁRIAS, TORNEIRAS E ACESSÓRIOS		MOB		DIVERSOS		OBSERVAÇÕES:
INSTITUTO DE INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE-ISS																		
LEGENDA DE ESPAÇOS																		

MAPA DE ACABAMENTOS		REVESTIMENTOS										LOUÇAS SANITÁRIAS, TORNEIRAS E ACESSÓRIOS										MOB		DIVERSOS		OBSERVAÇÕES:
		PAVIMENTO		PAREDES		TECTOS		COBERTURAS		LOUÇAS SANITÁRIAS		TORNEIRAS		ACESSÓRIOS												
INSTITUTO DE INOVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE- IIS																										
LEGENDA DE ESPAÇOS																										
																</										

STONCLAD**PROCEDIMENTOS
DE LIMPEZA****DESCRIÇÃO DO PRODUTO**

A família de produtos STONCLAD é constituída por sistemas de pavimentos monolíticos. Estes pavimentos de polímeros de alta performance são projectados para servir de base a qualquer instalação industrial. Os pavimentos STONCLAD são ideais para instalações onde a resistência química, à abrasão e ao impacto são as principais preocupações. Como por exemplo: áreas de processamento químico e alimentar, ilhas de tráfego, armazéns e áreas de produção. A durabilidade e os baixos custos de manutenção são as principais características destes sistemas. Aconselham-se os seguintes procedimentos de manutenção:

PROTECÇÃO DO PAVIMENTO

O pavimento deve ser protegido durante as fases de obra posteriores à sua instalação. Para garantir esta protecção deve-se ter em atenção os seguintes passos:

1. Permitir um tempo de cura suficiente (24 a 72 horas).
2. Delimitar a área recentemente instalada com fita sinalizadora de segurança para evitar que a mesma seja pisada demasiado cedo.
3. Cobrir o pavimento com filme plástico em conjunto com placas de aglomerado, plástico corrugado ou placas de cartão de forma a minimizar os eventuais danos causados por outros trabalhos a decorrer na área.
4. Iniciar um programa de manutenção de qualidade logo que possível e no máximo 30 dias após a conclusão da instalação do pavimento.

Seguindo estes passos podemos minimizar os problemas associados à sujidade, pó e objectos estranhos sobre o pavimento, bem como os danos causados por tráfego sobre a área prematuramente.

O resultado final será um sistema de pavimento STONCLAD fácil de limpar e manter.

**DESENVOLVIMENTO DE UM
CALENDÁRIO DE MANUTENÇÃO /
LIMPEZA**

A textura do sistema STONCLAD e as suas condições específicas de uso vão determinar que tipo de combinação dos procedimentos descritos deverá ser usada para manter o pavimento limpo.

Normalmente, a limpeza com esfregona deve ser diária ou semanal, para remoção da sujidade superficial, a lavagem com máquina industrial provida de escovas deve ser pelo menos semanal de forma a remover manchas de sujidade mais profunda.

Deve estabelecer-se um programa de limpeza e respectivo calendário de acordo com as necessidades específicas e seguir-se o mesmo estritamente.

As presentes recomendações são o resultado de testes extensivos tanto de produtos de limpeza como de diferentes métodos. No entanto cada cliente tem necessidades de limpeza específicas, as seguintes instruções vão ajudar a estabelecer um programa de manutenção eficaz.

STONCOR GROUP – SUCURSAL EM PORTUGAL

Rua do Rochio, 118 – 2º A – GRANJA

4410-113 SÃO FÉLIX DA MARINHA

Telefone: (+351) 227.535.642 - Fax: (+351) 227.534.933

E-mail: stoncor@stonhard.pt . Web: www.stonhard.pt

EQUIPAMENTO DE MANUTENÇÃO NECESSÁRIO

Para a manutenção adequada de um pavimento STONCLAD são necessárias as seguintes ferramentas:

- . Esfregona
- . Máquina de lavagem industrial
- . Rodos de borracha
- . Aspirador de líquidos e sólidos
- . Escova de cerdas duras de nylon
- . Luvas de borracha

LIMPEZA COM ESFREGONA

1. Varrer todos os detritos da superfície do pavimento.
2. Diluir um detergente, isento de resíduos, como o STONKLEEN DG9 ou STONKLEEN NC9 até à concentração recomendada.
3. Molhe e escorra a esfregona de forma adequada à remoção da sujidade.
4. Use água limpa e quente para enxaguar numa segunda passagem, escorrendo a esfregona frequentemente para evitar a acumulação de detergente.

LAVAGEM COM MÁQUINA INDUSTRIAL

1. Diluir STONKLEEN DG9 ou outra solução de limpeza similar, isenta de resíduos e que não produza espuma, até à concentração recomendada.
2. Uma máquina de lavagem industrial do tipo de tambor rotativo como por ex a KARCHER BR400, será a ideal para a limpeza do pavimento e remoção dos excessos de detergente. Com as escovas cilíndricas de cerdas de nylon que são fornecidas com a máquina consegue-se a abrasão necessária para a limpeza, sem danificar o acabamento do pavimento.
3. Deixe a solução de limpeza actuar por 5 minutos e torne a passar com a máquina se necessário. Não permita

que o detergente seque sobre o pavimento.

4. Remova o excesso de detergente usando o sistema de aspiração da máquina ou um aspirador de líquidos.
5. Enxaguar toda a área com água quente.
6. Remover o excesso de água.

NOTA: Num sistema STONCLAD / STONKOTE sem textura existe o risco potencial de se danificar o acabamento do pavimento quando se usa a KARCHER BR400 com as escovas de cerdas duras (normalmente de cor vermelha) que são fornecidas com a máquina. Existem e estão disponíveis escovas de cerdas menos duras (normalmente de cor preta). Devem-se realizar testes de avaliação dos efeitos da limpeza no acabamento superficial do pavimento antes da adopção de uma solução.

REMOÇÃO DE MANCHAS DE SUJIDADE DIFÍCEIS

1. Pode haver necessidade de remoção de manchas de sujidade mais difíceis antes da limpeza geral do chão.
2. Deve-se usar STONKLEEN DG9 concentrado ou outro detergente desengordurante similar.
3. Deite uma pequena quantidade de STONKLEEN DG9 na mancha e esfregue com uma escova de cerdas duras de nylon.
4. Em manchas difíceis e já com algum tempo de existência pode ser necessário um período de saturação do detergente sobre o pavimento de 5 minutos antes de enxaguar com água quente.
5. Remova a água com um rodo de borracha ou com um aspirador de líquidos.

REMOÇÃO DE DEPÓSITOS INSOLUVEIS

1. Devem-se remover os depósitos de calcário ou água – dura antes da limpeza geral.

STONCOR GROUP – SUCURSAL EM PORTUGAL

Rua do Rochio, 118 – 2º A – GRANJA

4410-113 SÃO FÉLIX DA MARINHA

Telefone: (+351) 227.535.642 - Fax: (+351) 227.534.933

E-mail: stoncor@stonhard.pt . Web: www.stonhard.pt

2. Use OAKITE 31 ou uma solução ácida de limpeza equivalente, para a remoção dos depósitos calcários e de água-dura.
3. Depois de diluir a solução até à concentração desejada despeje sobre as manchas / depósitos e esfregue com uma escova de cerdas duras de nylon.
4. Espere 5 minutos antes de tornar a esfregar e enxaguar com água quente.
5. Remova a água com um rodo de borracha ou com um aspirador de líquidos.

STONCOR GROUP – SUCURSAL EM PORTUGAL

Rua do Rochio, 118 – 2º A – GRANJA

4410-113 SÃO FÉLIX DA MARINHA

Telefone: (+351) 227.535.642 - Fax: (+351) 227.534.933

E-mail: stoncor@stonhard.pt . Web: www.stonhard.pt